



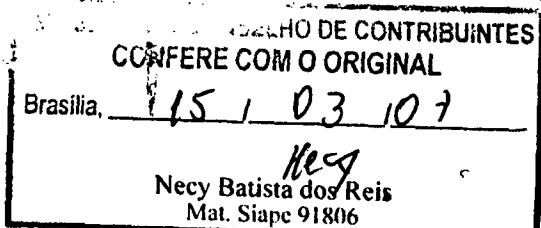
Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10670.000046/2002-60
Recurso nº : 133.989
Acórdão nº : 204-01.881



Recorrente : PROTOCLÍNICA E HOSPITAIS SÃO LUCAS S/A
Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG



PIS. Constatado que o valor declarado era pagamento e não compensação, improcede a exação.
Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por PROTOCLÍNICA E HOSPITAIS SÃO LUCAS S/A.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2006.

Henrique Pinheiro Torres

Presidente

Jorge Freire
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Flávio de Sá Munhoz, Nayra Bastos Manatta, Júlio César Alves Ramos e Rodrigo Bernardes de Carvalho.
Ausentes os Conselheiros Leonardo Siade Manzan e Mauro Wasilewski (Suplente).



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

CONFERE COM O ORIGINAL

2º CC-MF

Fl.

Brasília, 15,03,07

Necy

Necy Batista dos Reis
Mat. Siage 91806

Processo nº : 10670.000046/2002-60
Recurso nº : 133.989
Acórdão nº : 204-01.881

Recorrente : PROTOCLÍNICA E HOSPITAIS SÃO LUCAS S/A

RELATÓRIO

Versam os autos lançamento eletrônico de PIS relativo ao período de apuração 01-01/1997, sob o fundamento de que a compensação efetivada pelo contribuinte teria sido inexata, pois sem processo (fl. 11). O lançamento foi impugnado, alegando o contribuinte que pagou, em 15/05/1997, o débito em aberto, conforme cópia de DARF que anexou à fl. 02, com os devidos acréscimos legais, retificando a DCTF do período, mas vinculando o valor pago como compensação com DARF (fl. 30).

A r. decisão manteve o lançamento por considerar que a compensação não observou as normas que a regem. Não resignado, foi interposto o presente recurso voluntário, no qual, em síntese, a empresa repisa seus fundamentos impugnatórios.

Houve arrolamento de bem (fls. 55/56) para recebimento e processamento do recurso.

É o relatório.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

CC-MF

Fl.

CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 15/03/07

Necy

Necy Batista dos Reis
Mat. Siage 91806

Processo nº : 10670.000046/2002-60
Recurso nº : 133.989
Acórdão nº : 204-01.881

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
JORGE FREIRE

Entendo que o lançamento foi indevido. O que ocorreu foi que o contribuinte pagou o valor do período de apuração 01/97 em atraso, conforme o DARF acostado aos autos (fl. 02), o qual não foi contestado pelo Fisco.

Contudo, ao invés de retificar a DCTF colocando o valor pago como pagamentos, o contribuinte colocou o valor pago como compensação com DARF (fl. 06), o que levou o fisco no trabalho de revisão daquela declaração a entender que a compensação fora indevida porque não havia processo de pedido de homologação correspondente.

Constatado, então, que houve pagamento, não há valor a ser cobrado.

CONCLUSÃO

Forte em todo o exposto,

PROVEJO O RECURSO VOLUNTÁRIO.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2006.

Jorge Freire

M